

ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA: CONCEITO E METODOLOGIA

ARCHAEOLOGY OF ARCHITECTURE: CONCEPT AND METHODOLOGY

Raquel Santos¹
Arqueóloga, raquelgsantos@gmail.com

Abstract

The work presented here results partly from the Master's thesis entitled "Archaeology of Architecture. Methodological perspectives", defended at the University of Algarve (Portugal) in February 2010. The intention of this article, above all, is to contribute to the dissemination, development and consolidation of Archaeology of Architecture (AA), a discipline with its own methods, which application is increasingly important for the knowledge of the built heritage. This way, systematizing concretely the guidelines of AA, its own objectives and methods, as well as their different contexts of action, culminating in a simple model of application of the method to different cases.

Keywords: Paramental analysis, Vertical stratigraphy, Methodology.

Resumo

O trabalho aqui apresentado resulta em parte da dissertação de mestrado subordinada ao tema "Arqueologia da Arquitectura. Perspectivas metodológicas", defendida na Universidade do Algarve (Portugal) em Fevereiro de 2010. Pretende-se com este artigo, acima de tudo, contribuir para a difusão, desenvolvimento e consolidação da Arqueologia da Arquitectura (AA), uma disciplina com métodos próprios, cuja aplicação é cada vez mais importante para o conhecimento do património edificado. Desta forma, sistematizam-se aqui de forma concreta as linhas orientadoras da AA, seus objectivos e métodos próprios, bem como os seus diferentes contextos de actuação, culminando num modelo simples de aplicação do método a diferentes casos.

Keywords: Análise paramental, estratigrafia vertical, metodologia.

Arqueologia da Arquitectura: O que é?

No seu sentido mais geral, a Arqueologia da Arquitectura ou Arqueologia do Edificado é a disciplina através da qual, utilizando metodologia arqueológica, se elabora a história de um edifício histórico, construído ao longo do tempo, sujeito a remodelações e transformações, pluriestratificado e pluritipológico, que funcione como documento histórico e simbólico, que constitua uma fonte para a História, a História de Arte e a Arquitectura (CABALLERO ZOREDA, 2009). Contrariando a tendência tradicional de interpretar o edificado do ponto

de vista da Arquitectura ou da História de Arte, o edifício é visto como contexto arqueológico e analisado do ponto de vista da arqueologia, o que permite adicionar à interpretação histórica novos dados, mais rigorosos, efectuando para tal leituras estratigráficas de alçados, análises arqueométricas e de materiais construtivos, estudos sociais, de espacialidade e utilização de áreas internas, ou outros estudos de carácter geral (Figura 1). O seu fim último será compreender a Cultura e os Processos que deram origem ao seu objecto de estudo, traçando para isso a história evolutiva do edifício, seus materiais e técnicas de construção, interpretando os processos construtivos e destrutivos que nele deixaram a sua marca.

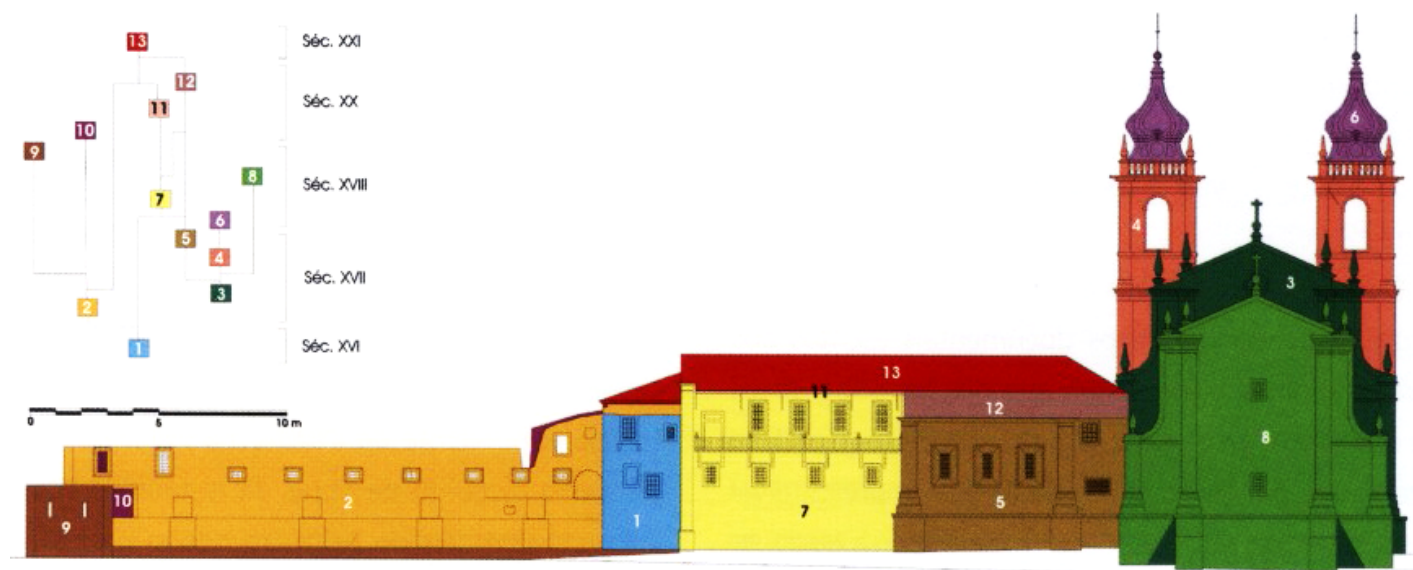


Figura 1. Leitura estratigráfica da fachada do Mosteiro de São Martinho de Tibães (Fonte: FONTES, 2006, p. 46).

A que se aplica?

Grande parte das intervenções arqueológicas em património edificado incide nos centros históricos das grandes cidades e em edifícios classificados, essencialmente de arquitectura militar ou religiosa (igrejas, conjuntos monásticos, castelos, fortalezas, etc.). Na sua esmagadora maioria, estas intervenções são feitas num contexto de conservação e restauro do imóvel e não de estudo histórico e/ou arqueológico, verificando-se também que incidem sobretudo em património edificado de épocas recentes (Medieval e Moderna), em detrimento das construções e estruturas mais antigas, escasseando os estudos para épocas mais recuadas, como a islâmica, romana ou mesmo a Pré-História recente. Por outro lado, verifica-se ainda que os edifícios intervenção são, na sua quase totalidade, compostos por estruturas construídas em pedra. Só de entre os edifícios civis, rurais ou urbanos, encontramos alguns estudos sobre estruturas em materiais diversos, como a taipa ou madeira.

Na sua maioria as intervenções estão ainda restritas às áreas directamente afectadas, de onde resulta que muitas delas são parciais em relação à totalidade do edifício, sendo sempre adaptadas aos meios existentes, que ditam os objectivos, a sua duração, os meios humanos e técnicos envolvidos, a metodologia, as diferentes abordagens (sondagens no solo, análises físico-químicas, datações absolutas, estudos específicos, etc.) e ainda o grau de aprofundamento necessário para a análise dos dados recolhidos e sua divulgação.

Qual o objectivo?

O objectivo principal da aplicação dos métodos da AA, como disciplina arqueológica que é, será o de produzir conhecimento acerca do Homem e da sua cultura. No caso, acerca da comunidade e cultura que se relacionam com o edifício histórico em causa ao longo da sua existência. Para tal, estudar-se-á o edifício, conjunto edificado ou elementos estratigráficos presentes, registando-se a sua sequência temporal e histórica e complementando-se os dados obtidos através da análise da História de Arte, da Arquitectura ou mesmo de uma intervenção arqueológica no subsolo. Neste sentido, a análise parietal em conjugação com sondagens de subsolo, análise estratigráfica das estruturas e das camadas de sedimento, bem como a análise dos materiais construtivos e dos materiais arqueológicos recolhidos no seu contexto estratigráfico horizontal (CABALLERO ZOREDA, 2002, p. 98; FRANCOVICH e BIANCHI, 2002, pp. 101-111), além de fornecer dados complementares, poderá ainda esclarecer, comprovar ou refutar hipóteses de interpretação (Figura 2).

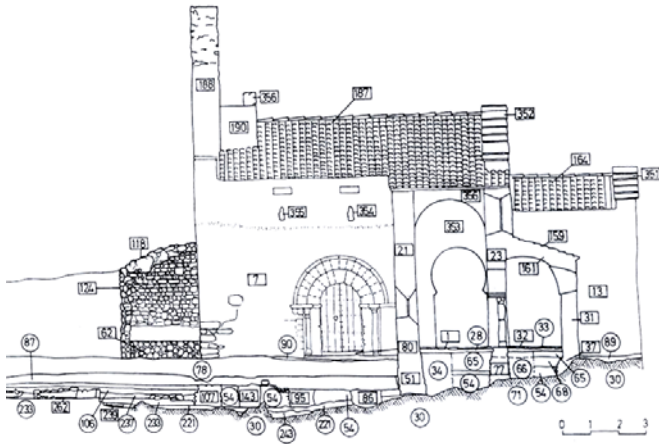


Figura 2. Secção da Igreja de Pedret com indicação das unidades estratigráficas e vestígios detectados no subsolo (Fonte: LÓPEZ MULLOR, 2002, p. 167).

A conjugação dos dados recolhidos, terá por objectivo estabelecer a evolução arquitectónica do edifício, conhecer a configuração e funcionalidade dos seus diversos espaços, identificar as técnicas e materiais empregues na sua construção.

Haverá ainda um objectivo mais prático: o da conservação dos elementos detentores de informação histórico arqueológica ainda presentes, seja fisicamente (informando a intervenção de conservação e restauro, por exemplo) ou apenas através do seu registo pormenorizado (constituindo uma salvaguarda de informação no caso extremo de demolição das estruturas existentes).

Independentemente dos objectivos a atingir, a AA enfrenta frequentemente dificuldades na sua aplicação. A primeira delas directamente relacionada com a resistência que ainda se faz sentir ao emprego da sua metodologia própria, quer por desconhecimento ou competências dos profissionais envolvidos nas intervenções em património edificado, quer por razões de ordem financeira ou de prazo disponível.

Que metodologia usa?

Qualquer intervenção arqueológica em património construído terá necessariamente três elementos fundamentais:

1. Um edifício, mais ou menos complexo, isolado ou inserido num conjunto edificado, bem conservado ou em ruína, relativamente original ou profundamente alterado, intervencionado no seu todo ou apenas em parte.

2. Uma equipa, formada por especialistas nas mais diversas áreas, tais como a Arqueologia, a História, a História de Arte, a Arquitectura, a Arquitectura Paisagista, a Engenharia, a Geografia, a Conservação e Restauro, a Fotografia, a Topografia, a Informática, entre outras.
3. Um projecto de intervenção, com maior ou menor urgência, com maior ou menor verba, com vista a uma remodelação, a um projecto de conservação e restauro, à musealização de um local, abrangendo todo o edifício ou conjunto edificado ou dirigida a um espaço específico.

A conjugação destes elementos irá ditar o tipo de estudo a efectuar: (1) o simples rastreio que consiste numa visita ao lugar, seguida de pequena memória descritiva; (2) uma descrição mais pormenorizada, antecedida de pesquisa bibliográfica e levantamento fotográfico; ou (3) um estudo completo e exaustivo, informado por levantamentos gráficos e fotográficos, bem como análises de materiais (WEVERS, 2002, pp. 135).

Qualquer que seja o tipo de estudo, uma intervenção em AA deverá ainda seguir sequencialmente as diversas fases de trabalho: pesquisa prévia, levantamento e representação gráfica e fotográfica; análise estratigráfica paramental; a criação da base de dados e do modelo interpretativo.

Fase 1. A pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica acerca do sítio ou edifício, deverá ser a primeira fase do trabalho, pois irá permitir um conhecimento prévio e geral do objecto de estudo. Para tal, o arqueólogo deverá basear-se em qualquer tipo de fonte que possa fornecer informação para a história do edifício: impressas, documentais, manuscritas, iconográficas, orais, etc. (Figura 3).



Figura 3. Representação do Castelo de Mogadouro no Livro das Fortalezas de Duarte d'Armas (Fonte: CUPIDO e BARROS, 2006, p. 174).

Fase 2. Após esta primeira abordagem ao edifício, deverá ser efectuado um levantamento de todas as estruturas observáveis, quer seja um levantamento gráfico (manual

ou electrónico), fotográfico ou topográfico, ou ainda a conjugação destes (Figura 4).

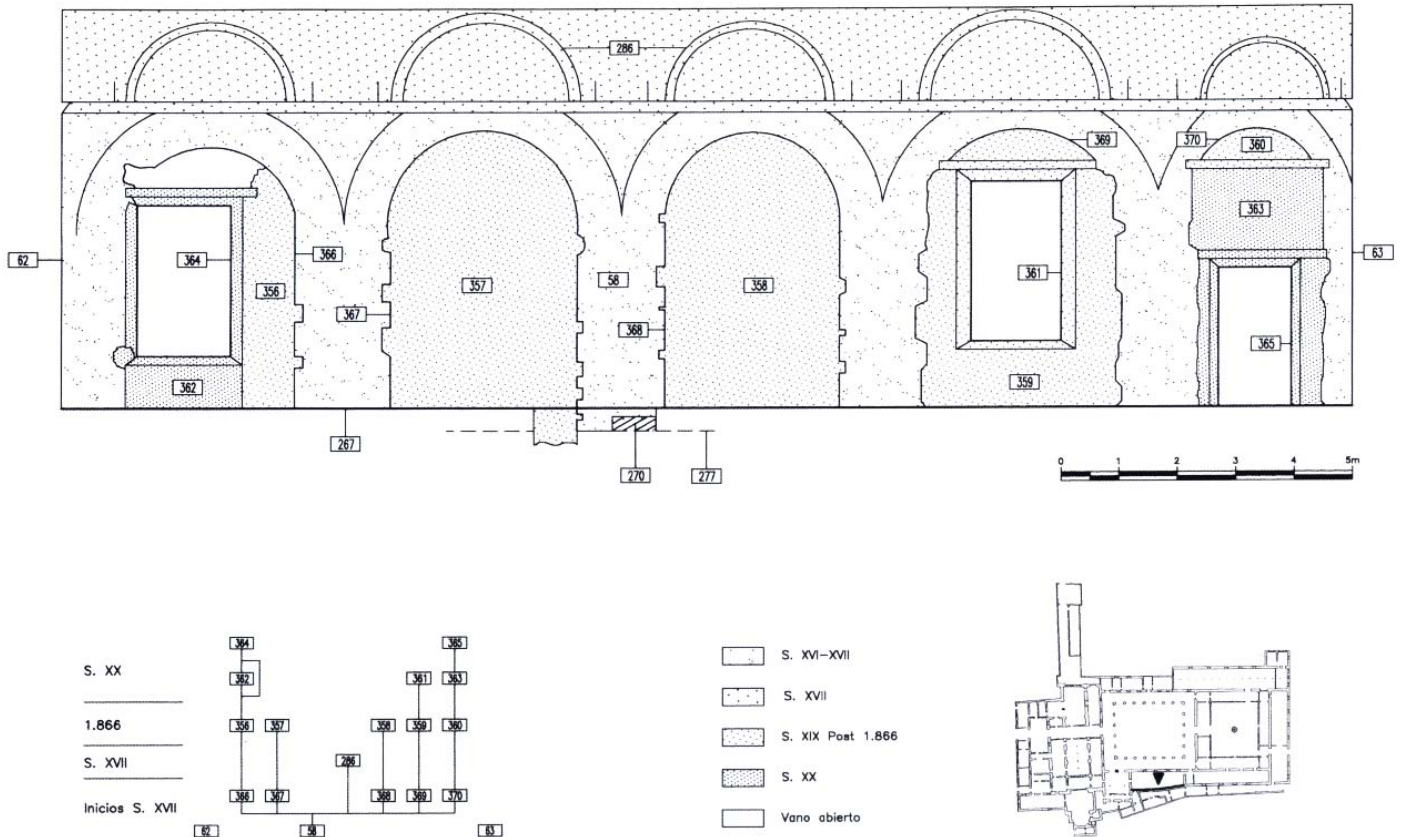


Figura 4. Levantamento gráfico com análise evolutiva e diagrama cronológico de um dos paramentos no Cuartel del Carmen, Sevilha (Fonte: TABALES RODRÍGUEZ, et alii, 2002, p. 61).

O levantamento servirá de base à terceira fase do trabalho, a análise paramental, pelo que deverá abranger toda a área a estudar e ser tão pormenorizado quanto possível, representando fielmente os elementos arquitectónicos, os aparelhos construtivos, revestimentos, etc.

contrário da arqueologia de subsolo, se revestem de grande importância pois são eles que determinam os momentos de acção, enquanto os aparelhos e construções em si constituem momentos de inactividade (Figura 5).

Fase 3. Já na análise estratigráfica paramental, serão individualizadas, ordenadas e datadas todas as unidades estratigráficas murárias, bem como as fases construtivas, destrutivas e reconstrutivas (CABALLERO ZOREDA, 2009). As unidades estratigráficas serão aqui constituídas por elementos estruturais, tais como portas e janelas, aparelhos de construção, revestimentos, estruturas de condenação ou emparedamentos, materiais constituintes das estruturas, argamassas de união, marcas de canteiro existentes, etc. (ROSKAMS, 2003, p. 225-226), elementos estes que necessitam de interpretação, atribuição cronológica e aproximação funcional. Incluem-se ainda as interfaces, elementos que na AA, ao



Figura 5. Leitura paramental e sequência estratigráfica da Igreja de São Gião da Nazaré (Fonte: CABALLERO ZOREDA, et alii, 2003, p. 76).

Fase 4. Com base nos dados recolhidos, nesta fase do trabalho elaborar-se-á uma base de dados que deverá conter toda a informação produzida, seja sob a forma de fichas de registo, descrições, relações estratigráficas, levantamentos gráficos e fotográficos ou análises efectuadas.

Fase 5. O modelo pormenorizado e interpretativo da evolução cronológica, funcional e cultural dos espaços, irá conter todas as unidades identificadas no edifício, agrupadas segundo a actividade a que pertencem e estas de acordo com a fase de construção em que se inserem (Figura 8).

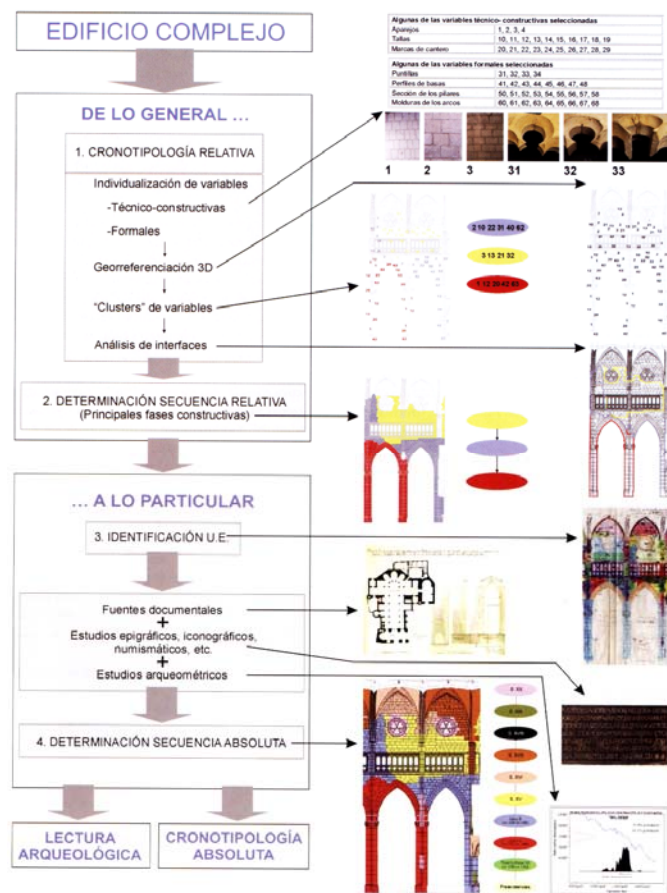


Figura 8. Esquema de proposta cronotipológica para leitura paramental de um edifício complexo, desenvolvido na Catedral de Vitoria-Gasteiz (Fonte: AZKARATE, 2002, p. 68).

Este modelo interpretativo será elaborado com base nos instrumentos de análise disponíveis: (1) directos, presentes no objecto de estudo, como a estratigrafia de subsolo, a estratigrafia murária, as estruturas, o material arqueológico, etc., proporcionando cronologias relativas para a análise do edifício; (2) documentais, como as fontes históricas, arqueológicas ou etnográficas (sejam escritas, orais, materiais, gráficas ou fotográficas), que poderão fornecer datações absolutas ao modelo interpretativo do edifício; (3) arqueométricos, que

permitem usar os métodos das ciências naturais em análises geológicas, mineralógicas, físico-químicas, etc. (CABALLERO ZOREDA, 2009; CABALLERO ZOREDA, 1997, pp. 460); (4) ou indicadores tipológicos, que associam elementos decorativos, construtivos, métodos e técnicas de construção, marcas de canteiro, talhes de pedra, utensílios, gestos, andaimes, traçarias, etc. a determinada tipologia, enquadrando-os cronologicamente.

Contará ainda com a reunião dos dados provenientes de todos os elementos recolhidos ao longo do trabalho:

1. A documentação gráfica prévia à análise estratigráfica, que contenha plantas e alçados que retratem o edifício, completados posteriormente com os limites das unidades identificáveis;
2. A documentação fotográfica obtida;
3. A leitura paramental do edifício, que pode ser detalhada ou expedita, total ou selectiva (de todas as unidades existentes ou apenas de um determinado paramento, sala, fase construtiva ou época) e permitirá a observação, diferenciação e identificação de unidades, descrevendo-se a sua posição e forma, constituintes, materiais, acções construtivas e relações estratigráficas (MAÑANA BORRAZÁS, et alii, 2002, p. 19);
4. As fichas de análise, ferramenta essencial para organizar a informação recolhida;
5. E o diagrama final do edifício com todas as suas unidades, organizadas por actividades e fases, bem como a base de dados onde se encontram compilados todos os dados obtidos.

A partir do modelo interpretativo será possível tecer considerações de carácter mais geral acerca da comunidade, do meio envolvente, das condições sociais, económicas, ambientais ou outras, que influenciaram a construção, destruição ou transformação do objecto de estudo.

A intervenção deverá assim obedecer a uma metodologia rigorosa, faseada e baseada em diversos instrumentos de análise, que permita obter o máximo de informação com os meios disponíveis e perseguindo os objectivos do estudo.

Condicionantes específicas e estratégias de actuação

A metodologia aplicada num contexto arqueológico, seja ele de que natureza for, terá necessariamente de ser adaptada a cada caso concreto. Definido pela sua condição de vestígio arqueológico, qualquer edifício ou

conjunto edificado será necessariamente diferente do outro, na medida em que é fruto de uma comunidade que aí espelhou a sua cultura, o seu meio envolvente e as suas particularidades sociais, económicas e técnicas. Por outro lado, qualquer intervenção arqueológica está sujeita a determinada conjuntura, a diferentes condicionantes e meios disponíveis, pelo que a sua metodologia será sempre adaptada também a esses factores.

De acordo com os dados obtidos, foi elaborado um **Diagrama de Actividades** (Figura 9) que tem por base a definição dos passos a ter em conta numa intervenção do âmbito da AA, estipulando ao mesmo tempo os requisitos mínimos a contemplar e aqueles que seriam considerados os ideais, muito embora raramente se reúnam as condições necessárias para tal.

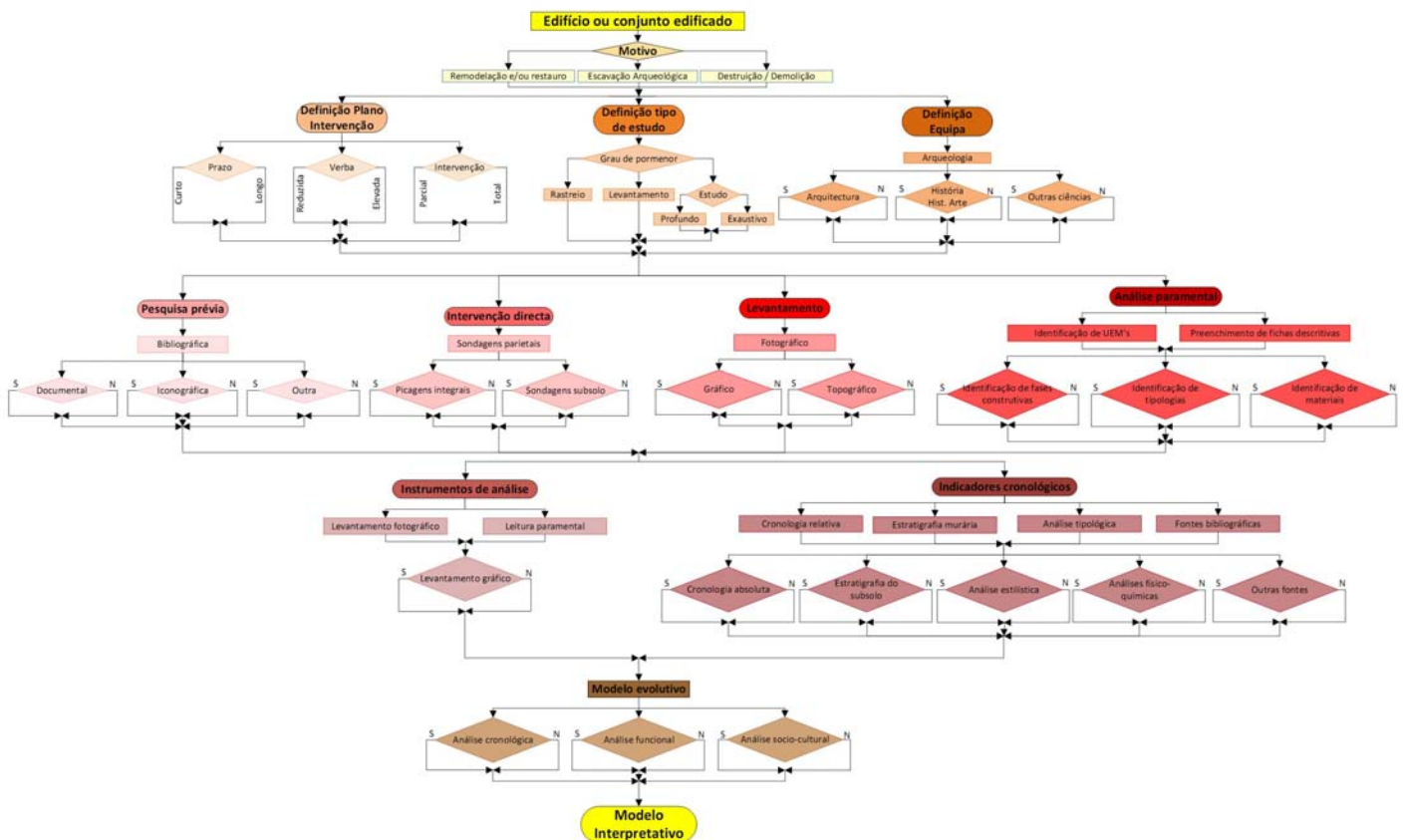


Figura 9. Diagrama de actividades: metodologia aplicada pela Arqueologia da Arquitectura.

Assim, para empreender um trabalho arqueológico em qualquer tipo de edifício histórico ou conjunto edificado, seja ele classificado ou não, qualquer que seja o seu material construtivo ou cronologia, será sempre necessário considerar o **motivo** que ocasiona essa intervenção, a partir do qual se deverão estipular os seus parâmetros mínimos. Esta motivação está, na maioria dos casos, relacionada com obras de remodelação ou de conservação e restauro do espaço, mas poderá também decorrer de uma intervenção arqueológica no subsolo, bem como de um projecto de destruição ou demolição de um dado conjunto edificado.

As condicionantes comuns a todos os trabalhos desta natureza estão relacionadas com os **prazos** e as **verbas** disponíveis e ainda com o facto da intervenção incidir

sobre a totalidade do edifício ou apenas parte dele. Dispondo de um prazo curto e uma verba reduzida será necessário adaptar o tipo de estudo a efectuar bem como a equipa afecta. Se, ao invés, for possível usufruir de um prazo alargado e de elevados meios financeiros, tanto a equipa como o tipo de estudo deverão ser dimensionados em conformidade. Para efectuar um estudo aprofundado apenas será necessário que um dos meios seja alargado (prazo ou verba), uma vez que a equipa poderá ser aumentada de forma a efectuar mais tarefas em menos tempo, da mesma forma que uma equipa reduzida poderá efectuar as mesmas tarefas num maior espaço de tempo.

No que respeita à **extensão** da intervenção, verificamos que o facto de esta incidir apenas em parte do edifício ou conjunto edificado irá inviabilizar à partida um estudo

exaustivo, uma vez que ele será sempre fraccionado em relação à totalidade.

Ao planear o trabalho arqueológico deverá assim ser estipulado o **tipo de estudo** que se pretende efectuar, de acordo com o grau de pormenor exigido: (1) um simples rastreio, rápido e económico (no que diz respeito a meios financeiros, humanos e prazos); (2) um levantamento, que conta já com alguma precisão em termos de representação do edifício e seus momentos construtivos; (3) um estudo aprofundado, que exige meios alargados; (4) ou ainda um estudo exaustivo, que irá incidir sobre todos os aspectos do edifício, nas mais diversas especialidades. A decisão será tomada de acordo com o motivo da intervenção e com os meios envolvidos. Se se tratar de um projecto de restauro, por exemplo, poderá bastar um simples rastreio ou levantamento, caso os meios não permitam efectuar um estudo aprofundado. No entanto, se estiver prevista a demolição total do edifício, só um estudo aprofundado ou mesmo exaustivo poderá responder a todas as questões formuladas e permitir a criação de um modelo interpretativo válido e completo que será no futuro a única fonte de informação acerca do edifício, entretanto desaparecido. Se os meios envolvidos forem reduzidos dificilmente é possível efectuar um estudo aprofundado e se forem alargados é preferível esgotá-los numa metodologia mais exaustiva ao invés de efectuar um simples rastreio.

No que diz respeito à definição da **equipa** afecta ao trabalho, esta estará intimamente ligada quer aos meios disponíveis, quer ao tipo de estudo estipulado. Se os prazos e as verbas forem reduzidos, a equipa sê-lo-á também forçosamente. Já se os meios forem alargados e se pretender efectuar um estudo exaustivo, a equipa deverá contar com Arqueólogos, Arquitectos e outros técnicos das mais diversas áreas como a História de Arte, a Fotografia, a Topografia, a Engenharia, a Informática, a Conservação e Restauro, etc. Há ainda que considerar que o próprio motivo da intervenção também terá interferência na definição da equipa: no âmbito de um projecto de restauro será sempre necessário contar com Arquitectos e Conservadores-Restauradores; no caso da demolição do edifício a intervenção arqueológica não irá necessitar do trabalho destes profissionais, nem os seus dados, de uma forma geral (embora o contrário fosse desejável), serão úteis para o trabalho de Arquitectura a efectuar, eventualmente, na mesma área.

Estipulado o plano de intervenção, os meios humanos afectos e o tipo de estudo a realizar, irão iniciar-se as diversas fases do trabalho arqueológico, sempre presentes qualquer que seja o tipo de estudo ou meios disponíveis.

A **pesquisa prévia** será a primeira dessas fases e deverá incluir, no mínimo, uma pesquisa bibliográfica sobre o local. A análise bibliográfica poderá, consoante o tipo de

estudo e os meios disponíveis, ser completada com uma pesquisa documental, iconográfica, oral ou outra.

O trabalho arqueológico poderá contar com uma **intervenção directa** sobre o edifício a fim de possibilitar a observação dos paramentos. As sondagens parietais serão o meio mais expedito, no entanto, uma picagem integral das paredes permitirá uma visão de conjunto. Já as sondagens de subsolo vêm acrescentar informação acerca da ocupação e uso do espaço impossível de obter apenas com base na estrutura edificada. A realização de picagens integrais e de sondagens no subsolo, embora desejável, estará sempre condicionada pelos meios disponíveis, pela extensão da equipa, bem como pelo tipo de estudo. Se se pretende efectuar outro tipo de estudo que não o rastreio e o edifício não apresenta as superfícies paramentais visíveis, terá de existir intervenção directa, tão detalhada quanto os meios o permitam.

A fase de **levantamento** é indispensável em qualquer tipo de intervenção, quaisquer que sejam os meios disponíveis. Num simples rastreio poder-se-á efectuar apenas um levantamento fotográfico, pois este será o mínimo essencial para a representação do edifício. Outro tipo de estudo necessitará de um levantamento mais detalhado, gráfico ou topográfico, levado a cabo por meios manuais ou tecnológicos (por exemplo através de laserscanner), conforme o nível de pormenor exigido e os meios financeiros e humanos disponíveis. Os prazos terão influência na escolha do tipo de levantamento a realizar no sentido em que o levantamento gráfico manual será necessariamente mais demorado que um levantamento fotográfico ou mesmo um levantamento gráfico efectuado com meios tecnológicos. No entanto, estes meios serão sempre mais dispendiosos.

Tal como o levantamento, a **análise paramental** é também indispensável numa intervenção deste âmbito, uma vez que é ela que, na prática, proporciona os dados para a compreensão do edifício. A leitura paramental será efectuada com base nos meios disponíveis e nas fases anteriores do trabalho. O tipo de estudo a realizar, o seu prazo e verba ditarão uma leitura mais ou menos aprofundada, condicionada pela existência ou não de revestimentos parietais e pela realização ou não de picagens integrais dos paramentos. Idealmente, deverá ser realizada no local, com a observação directa das estruturas murárias. Não obstante, será possível levar a cabo a análise parietal com base no levantamento gráfico ou fotográfico. De uma forma geral, esta análise irá incluir a individualização de Unidades Estratigráficas Murárias, identificadas no levantamento produzido e descritas em fichas próprias para o efeito. Mas poderá também contar com o agrupamento dessas unidades em fases construtivas, com a identificação dos materiais

utilizados e de tipologias de aparelhos murários, ou ainda de outro tipo de elementos tais como as marcas de canteiro, por exemplo.

Terminado o trabalho de campo, teremos diferentes instrumentos de análise consoante o tipo de estudo efectuado, nomeadamente o levantamento fotográfico e a leitura paramental, bem como o levantamento gráfico, caso tenha sido efectuado. Possuiremos igualmente diversos indicadores cronológicos: (1) a cronologia relativa, dada pela simples observação das estruturas e pela pesquisa bibliográfica efectuada; (2) a estratigrafia murária, presente qualquer que seja o tipo de trabalho; (3) a análise tipológica, realizada directamente no campo ou posteriormente, com base no levantamento efectuado; e (4) as fontes bibliográficas, que contêm na maior parte dos casos informação igualmente relevante para a compreensão do edifício. De acordo com os meios disponíveis e a intervenção de campo levada a cabo, poder-se-á ainda contar com: (1) cronologias absolutas, que requerem não só meios financeiros relativamente avultados, como também a recolha prévia de amostras dos materiais passíveis de datação por métodos absolutos; (2) estratigrafia observada no subsolo, no caso de terem sido efectuadas sondagens de subsolo; (3) análise estilística, que irá sobretudo depender das próprias características do edifício estudado, mas também das competências dos profissionais envolvidos; (4) análises físico-químicas que, dependentes dos mesmos factores que as cronologias absolutas, poderão fornecer informações relevantes acerca da constituição dos materiais utilizados; e (5) outro tipo de fontes, como as iconográficas ou orais, as quais, a existir, deverão ser confrontadas e confirmadas com os dados obtidos directamente a partir do edifício.

Chegamos assim à **interpretação dos dados** recolhidos com vista à criação de um modelo evolutivo do edifício, o qual será tão detalhado quanto mais forem os instrumentos de análise e indicadores cronológicos a utilizar. O modelo evolutivo simples, criado a partir de dados escassos como aqueles recolhidos num simples rastreio, poderá ser completado com uma análise cronológica alargada, contendo não só as fases construtivas do edifício como também o processo de construção presente em cada uma delas; uma análise funcional, dada pela observação dos espaços internos, de circulação e visibilidade interior, por exemplo; e uma análise sociocultural, mais ou menos abrangente,

essencial para atingir aquele que é o objectivo mais lato da Arqueologia: o conhecimento do Homem. A análise sociocultural poderá ser efectuada com base em quaisquer dados recolhidos, mais ou menos abrangentes, daí resultando que, num simples rastreio, com poucos dados objectivos, essa análise irá ter uma componente especulativa maior do que aquela que terá ao tomar por base uma maior quantidade de informação fiável, retirada directamente do edificado, resultante de um estudo aprofundado ou exaustivo. Quanto mais detalhadas forem as análises efectuadas, mais preciso e completo será o modelo interpretativo final.

Conclusão

A AA é uma disciplina arqueológica, que permite compreender o edifício como vestígio histórico, alterado ao longo do tempo, fruto de transformações socioculturais, utilizando métodos próprios para atingir o conhecimento do Homem e da sua Cultura através dos seus vestígios construídos.

Actualmente, esta disciplina é já conhecida da generalidade dos profissionais de Arqueologia, muito embora se sinta ainda alguma falta de informação e formação específica, patente em intervenções pouco metódicas.

A criação de um Diagrama de Actividades onde estão presentes as principais acções a realizar no âmbito de uma intervenção de AA, permite sistematizar o método e agilizar o processo de adaptação da metodologia ideal às condicionantes de cada intervenção, expondo-se as condições mínimas e as condições ideais para um trabalho neste contexto e compreendendo a necessidade de executar sempre o máximo de tarefas que os meios permitem e o mínimo que o edifício e o motivo da intervenção exigem. Estão incluídas as principais condicionantes e fases do trabalho de campo, bem como os instrumentos de análise e indicadores cronológicos que irão auxiliar na elaboração do modelo interpretativo final.

Pretende-se assim contribuir para uma maior difusão da disciplina, essencialmente junto dos profissionais de Arqueologia que amiúde se deparam com este tipo de trabalho, para que disponham de mais um instrumento de trabalho que lhes permita realizar escolhas informadas e metódicas.

Referências

AZKARATE, A. Intereses cognoscivos y praxis social en Arqueología de la Arquitectura, Arqueología de la Arquitectura, 1, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 55-71, 2002.

- BROGIOLO, G. P. L'Archeologia dell'architettura in Italia nell'ultimo quinquennio (1997-2001), in *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 19-26, 2002.
- CABALLERO ZOREDA, L. Arqueología y arquitectura: Análisis arqueológico e intervención en edificios históricos, in *Curso As Actuacións no Patrimonio construído: un diálogo interdisciplinar (1995, Santiago de Compostela)*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, pp. 131-158 e 457-469, 1997.
- CABALLERO ZOREDA, L. Sobre límites y posibilidades de la investigación arqueológica de la arquitectura: De la estratigrafía a un modelo histórico, in *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 83-100, 2002.
- CABALLERO ZOREDA, L. Arqueología de la Arquitectura: Conocimiento e intervención, in *Estudos/Património*, 9, Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, pp. 33-43, 2006.
- CABALLERO ZOREDA, L. Registo e interpretação do edificado histórico, comunicação proferida em Coimbra a 27 de Novembro de 2009 no âmbito do Plano de formação Dryas'09 "Introdução à Arqueologia do Edificado", 2009.
- CABALLERO ZOREDA, L. Edificio Histórico y Arqueología: un compromiso entre exigencias, responsabilidad y formación, in *Arqueología de la Arquitectura*, 6, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 11-19, 2009a.
- CABALLERO-ZOREDA, L., ARCE, F. e UTRERO, M. Santa Comba de Bande (Orense). Arquitectura y documentación escrita, in *Arqueología de la Arquitectura*, 2, Vitoria-Gasteiz: Universidade do País Basco e Conselho Superior de Investigações Científicas, pp. 69-73, 2003.
- CUPIDO, A. e BARROS, M. Castelo de Mogadouro: uma intervenção, in *Estudos/Património*, 9, Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, pp. 173-179, 2006.
- DERIEUX, D. "L'archéologie du bâti en Europe: comparaison entre la France et la Suisse, in *Les Nouvelles de l'archéologie*, 95, pp. 47-50, 2004.
- FONTES, L. Experiências portuguesas em Arqueologia da Arquitectura, in *Estudos/Património*, 9, Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, pp. 44-55, 2006.
- FONTES, L., MACHADO, A. e CATALÃO, S. Experiências em arqueologia da Arquitectura na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, in *Arqueología de la Arquitectura*, 3, Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco e Instituto de Historia/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 173-183, 2004.
- FRANCOVICH, R. e BIANCHI, G. L'archeologia dell'elevato come archeologia, in *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco e Instituto de Historia/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 101-111, 2002.
- HARRIS, H. C. The Laws of Archaeological Stratigraphy, in *World Archaeology*, vol. XI, nº 1, pp. 111-117, 1979.
- HARRIS, E. C. Principios de Estratigrafía Arqueológica, Barcelona: Editorial Crítica, 1991.
- HIRST, S. Recording on Excavations I: The Written Record, Rescue: Hertford, 1976.
- LÓPEZ MULLOR, A. Veinte años después, in *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 159-174, 2002.
- MAÑANA BORRAZÁS, P., BLANCO ROTEÁ, R. e AYÁN VILA, X. Arqueotectura I: Bases teórico-metodológicas para una Arqueología de la Arquitectura, in *TAPA Trabajos de Arqueología e Patrimonio*, 25, Santiago de Compostela: Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe, pp. 11-99, 2002.
- NÚÑEZ MARTÍNEZ, A. M., Reflexión metodológica sobre la arqueología de la arquitectura, in *Revista ArqueoMurcia*, nº 2, Julho 2004, CARM. Consejería de Educación y Cultura. Dirección General de Cultura. Servicio de Patrimonio Histórico, 2004.
- QUIRÓS CASTILLO, J. A. Arqueología de la Arquitectura en España, in *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 27-38, 2002.
- RAMALHO, M. D. M. Arqueologia da Arquitectura: o método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitectónico, in *Estudos/Património*, 3, Lisboa: IPPAR, pp. 19-29, 2002.
- RAMALHO, M. M. Os primeiros passos da Arqueologia da Arquitectura no âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico, in *Arqueología de la Arquitectura*, 3, Vitoria-Gasteiz: Diputació Foral de Álava, Universidad del País Vasco e CSIC, pp. 145-153, 2004.
- RAMALHO, M. M. Potencialidades da Arqueologia da Arquitectura: A experiência do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, in *Pedra & Cal. Revista da Conservação do Património Arquitectónico e da Reabilitação do Edificado*, Ano VI – nº 25, Lisboa: GECORPA – Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, pp. 10-11, 2005.
- ROSKAMS, S. Teoría y Práctica de la Excavación, Barcelona: Crítica Arqueología, 2003.
- TABALES RODRÍGUEZ, M. A., POZO BLÁZQUEZ, F. e OLIVA ALONSO, D. (Coords.) El Cuartel del Carmen de Sevilla, in *Análisis Arqueológico*, 4, Sevilla: Junta de Andalucía e Consejería de Cultura, 2002.
- WEVERS, L. A aplicação da arqueologia da arquitectura nos Países Baixos: Organização e casos práticos, in *Estudos/Património*, 3, Lisboa: Ministério da Cultura e IPPAR, pp. 133-143, 2002.

¹ **Raquel Santos**

Arqueóloga, licenciada em História, com ênfase em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e mestre pela Universidade do Algarve, na área de Teoria e Métodos da Arqueologia.